

# O Impacto da Atuação nos Movimentos Sociais para a Formação e Valorização do Pedagogo: Diálogos possíveis

**Autora:** Deise Ramos da Rocha<sup>1</sup>  
Graduanda em Pedagogia/UnB  
deise.rocha@hotmail.com

**Orientadora:** Profa. Dra. Kátia Augusta Curado<sup>2</sup>  
Professora da FE/UnB  
katiacurado@unb.br

## GT: Políticas de Formação, carreira e valorização de profissionais da educação.

**Resumo:** A investigação se pauta na formação inicial do docente pensada conjuntamente aos espaços formativos na ação política, como intelectuais autores de uma ação pedagógica politizada e ciente do significado de seu trabalho. Este trabalho visa discutir o papel da formação docente que os espaços dos movimentos sociais podem oferecer ao pedagogo, abordando pesquisa empírica. Os dados analisados apontam que a militância proporciona ao docente, condições em dinamizar o ensino-aprendizado na prática comunitária e democrática, fundamentada em ações que dialogam com a realidade.

**Palavras-chaves:** Movimentos Sociais. Formação Docente. Formação Política.

## Ideias Introdutórias: As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia e a Formação do Pedagogo em Movimentos Sociais

As entidades dos movimentos sociais, populares ou não, são construídos devido a relações internas – segundo valores, ideologias,

crenças, etc.; articulando estruturas de organização do movimento – e de relações externas – postas pela sociedade. Nesse sentido, entendemos que os movimentos sociais podem e são espaços educativos, alternados aos espaços institucionais escolares, e que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos por meios de técnicas, mas é um processo de formação baseado nas interações sociais e políticas. O sujeito precisa, então, conhecer esse espaço educativo, reconhecer e usufruir o que ele tem a oferecer em sua formação, enquanto ser social.

A formação docente, como sujeito social, no espaço dos movimentos sociais pode proporcionar a dinâmica do ensino-aprendizado na prática comunitária e democrática, fundamentada em diálogo, reflexões teóricas e da realidade, e estratégias de ação, em busca da construção de uma sociedade mais humana e igualitária no acesso de direito à cultura, educação e demais políticas públicas básicas.

A partir disso, percebemos que as DCN's – Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de pedagogia fornecem campo para a formação de profissionais aptos a atuarem em espaços de educação formal e não formal. Os artigos 2º ao 5º das referidas DCN's apontam para uma formação docente, em que o profissional dê conta de uma ação educativa e processos pedagógicos intencionais, construído nas mais diversas relações sociais, étnico-raciais e produtivas, fornecendo espaços para processos de aprendizagem de socialização e de construção de conhecimento, através do diálogo das diversas visões de mundo. Ao discutir a concepção de docente, podemos dizer que as diretrizes entendem que este é o sujeito capacitado a intervir e agir politicamente no campo educacional, no espaço escolar e não escolar.

Porém, a análise das DCN's abre margem para uma formação que pode ser percebida na relação das diversas aptidões listadas nas diretrizes que remetem diretamente à atuação na sala de aula, especificamente no espaço escolar com ênfase na pedagogia das competências, e embora indique a formação e atuação em outros espaços não escolares fica evidente que não há reforço e se dá pouca importância na formação do pedagogo, junto a outros espaços, como os movimentos sociais, que fornecem diferentes visões e vivências nos diferentes campos de conhecimento.

As DCNs de Pedagogia configuraram novas possibilidades de formação e de atuação, como:

1. Graduanda em Pedagogia pela Universidade de Brasília. Bolsista do Programa de Educação Tutorial em Educação, monitoria do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos, todos pela Universidade de Brasília.  
2. Professora Adjunta do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos.

(...) educação à distância, educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, educação de pessoas jovens e adultas, educação étnico-racial, educação indígena, educação nos remanescentes de quilombos, educação do campo, educação hospitalar, educação prisional, educação comunitária ou popular (BRASIL, 2006).

Entretanto não há uma indicação explícita da importância dos movimentos sociais para formação do pedagogo e ou mesmo a necessária relação do pedagogo e dos movimentos sociais para atuar em espaços educativos resultantes das lutas dos movimentos sociais.

## Metodologia

O objeto da pesquisa usa de análise empírica, em uma abordagem quanti-qualitativa, e compõe estudos realizados pelo GEPFAPe – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos; e sua rotina se desenvolve em três fases. Na primeira fase foi realizada uma revisão bibliográfica em diversos periódicos e anais de eventos, tendo como critério para seleção dos trabalhos que estes sejam estudos brasileiros em língua portuguesa, e entre os anos de 2000-2011, que passa pelo período anterior e posterior à implantação das DCN's. Foram selecionados os seguintes periódicos, primeiro sob o critério de ser *Qualis* A1 e B1 – conforme a CAPES.

As buscas dos materiais foram feitas em sites correspondentes às revistas e eventos. As seleções dos artigos foram feitas pelo título do trabalho, por palavras chaves – a saber: formação de pedagogo/professores; pedagogo; movimento(s) social/sociais; movimentos sociais e educação – e posteriormente a leitura crítica dos trabalhos. Após a análise dos trabalhos, foi definido o uso ou o descarte do material nesta pesquisa.

A segunda fase, corresponde ao recorte de dados coletados por meio de um questionário que o GEPFAPe aplicou no primeiro semestre de 2011. O questionário foi elaborado pelo grupo, possuindo 42 questões, e aplicado a pedagogos atuantes no Distrito Federal, em *locus* privado e público, da área de educação formal e não formal, levantando dados sobre a formação e atuação do profissional. As duas questões utilizadas para este trabalho, condizem ao foco desta pesquisa.

Na terceira fase foram realizadas entrevistas com três pedagogas militantes de diferentes movimentos sociais, e com uma pedagoga não

militante e sem qualquer vínculo político com alguma organização. Em um primeiro momento foi elaborado um roteiro entrevista, contendo questões que traçam o perfil do entrevistado, características do movimento social, e sobre as percepções de aprendizado de cada uma; e por último uma série de frases a serem completadas, e um espaço para considerações finais. As entrevistas foram marcadas via e-mail e por telefone. O questionário foi disponibilizado previamente a todas as entrevistadas.

## O papel da formação nos movimentos sociais para o ser docente: resultados da pesquisa

A primeira fase correspondente à revisão bibliográfica em 16 periódicos e três anais de eventos, considerando apenas artigos completos. Dentre as publicações em periódicos e anais foi contabilizado um total de 5.501 trabalhos, entre os quais, somente 14 artigos foram considerados para a temática desta pesquisa, correspondendo a 0,27% do total de trabalhos publicados; conforme podemos ver na tabela 01. Neste total, três trabalhos foram selecionados na Revista Educação e Pesquisa, dois na Revista Educação e Sociedade, dois na Educação em Revista, um na Revista Brasileira de Educação, um no Caderno Cedes, e cinco nos anais da ANPEd, não havendo publicação específica a temática nos demais eventos e periódicos.

**Tabela 01 – Relação Quantidade de Publicações por Periódico/Anal**

Periódico/Anal	Total de Artigos Publicados	Total de Artigos Selecionados	Porcentagem (%)
Revista Cadernos de Pesquisa	352	--	--
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	148	--	--
Revista Brasileira de Educação	403	01	0,24
Revista Educação e Pesquisa	243	03	1,23
Revista Educação e Sociedade	715	02	0,27
Revista Pró-posições*	35	--	--
Revista Linhas Críticas	199	--	--
Revista Ciência e Educação	256	--	--
Revista Educação em Revista	114	02	1,75

Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	240	--	--
Revista Brasileira de Educação Especial	40	--	--
Revista Paidéia	357	--	--
Revista de Avaliação da Educação Superior*	34	--	--
Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação*	86	--	--
Cadernos CEDES*	19	1	5,26
Eventos da ANPED	858	05	0,58
Evento SBPAE	856	--	--
Colóquio Luso-Brasileiro Sobre Questões Curriculares*	546	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>5501</b>	<b>14</b>	<b>0,27</b>

Fonte: ROCHA, D. e SILVA, Kátia. GEPFAPe/2012.  
\*Não foi possível o acesso completo ao total de trabalhos publicados.

Dentre estes trabalhos, apenas quatro artigos abordam especificamente como eixo de discussão central a formação docente dentro dos movimentos sociais.

#### Quadro 01: Relação dos trabalhos que abordam a temática de movimentos sociais como eixo central de análise

Título	Autor(es)	Periódico/Evento	Ano
<b>Formação de professores na prática política do MST: A construção da consciência orgulhosa.</b>	BELTRAME, Sonia	Educação e Pesquisa V.28 - N.2	2002
<b>Trajetórias escolares e profissionais de professoras de professores militantes.</b>	FERREIRA, Márcia Ondina.	ANPEd (28º Reunião) GT: Movimentos Sociais e Educação	2005
<b>A formação de educadores sem terra: um estudo de caso.</b>	SANTOS, Fátima M. MAZZILLI, Sueli	ANPEd (30º Reunião) GT: Formação de Professores	2007
<b>A formação de professores e os currículos praticados em um movimento de educação popular na Rocinha.</b>	SILVA, Rodrigo T.	Educação em Revista N. 48	2008

Fonte: ROCHA, D. e SILVA, Kátia. GEPFAPe/2012.

Dentre os trabalhos destacados no quadro 01, temos a discussão de Beltrame (2002) que aborda o entendimento cultural que os sujeitos adquirem na relação com os movimentos sociais como reflexões das relações sociais, e da participação política do sujeito; percebendo a elevação da autoestima profissional, resultando na priorização da prática pedagógica democrática, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem em sala de aula.

Reforçando os benefícios que a militância traz à prática docente, Ferreira (2005) aborda a capacidade em mediar relações entre sujeitos adquiridas com a ação política e coletiva, obtendo uma compreensão específica do trabalho docente, apresentando um otimismo quanto ao seu papel na educação; arraigada na compreensão da realidade social de um modo que não percebiam antes, qualificando o trabalho pedagógico.

Santos e Mazzili (2007) apresentam a formação do sujeito e a prática pedagógica como meios de intervir na sociedade, incumbindo para uma formação de educadores que tenham sua identidade cultivada dentro do movimento, realizando um resgate da autoestima. Essa formação resulta na reflexão da prática pedagógica, em estudos teóricos e na militância que permite a vivência social e cultural com seus pares e outras instâncias da sociedade.

Silva (2008) destaca que ao refletir e se perceber em sua realidade, os educadores militantes rompem com práticas pedagógicas autoritárias e conservadoras, se comprometem com bandeiras políticas e ideológicas da comunidade, desenvolvendo meios didáticos em resolver os problemas sociais com o coletivo de alunos que atuam no mesmo espaço, permitindo o exercício de uma educação emancipatória, possibilitando inovações da prática docente.

#### Quadro 02: Relação dos trabalhos que abordam a temática de movimentos sociais

Título	Autor(es)	Periódico/Evento	Ano
<b>Movimentos indígenas por educação: novos sujeitos socioculturais na história recente do Brasil.</b>	CAMPOS, Rogério.	ANPEd (23º Reunião) GT: Movimentos Sociais e Educação	2000
<b>Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias.</b>	SILVA, Rosa H. D.	Brasileira de Educação N. 13	2000
<b>Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas.</b>	FERREIRA, Márcia Ondina.	Educação e Pesquisa V. 32 - N. 2	2006

<b>Políticas de formação de educadores(as) do campo.</b>	ARROYO, Miguel.	Caderno CEDES V. 27 - N. 72	2007
<b>Pesquisa, educação e luta indígena:</b> a experiência de professores <i>sateré-mawé</i> .	WEIGEL1, Valéria Augusta C. M	ANPEd (30º Reunião) GT: Movimentos Sociais e Educação	2007
<b>O educador de jovens e adultos e sua formação.</b>	SOARES, Leôncio	Educação em Revista N. 47	2008
<b>A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo.</b>	SOUZA, Maria Antônia	ANPEd (31º Reunião) GT: Movimentos Sociais e Educação	2008
<b>Educação do campo:</b> políticas, práticas pedagógicas e produção científica.	SOUZA, Maria Antônia	Educação e Sociedade V. 29 - N. 105	2008
<b>Pedagogia da alternância na educação rural/do campo:</b> projetos em disputa.	RIBEIRO, Marlene	Educação e Pesquisa V.34 - N.01	2008
<b>70 anos do curso de pedagogia no Brasil:</b> uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais.	CRUZ, Giseli B.	Educação e Sociedade V. 30 - N. 109.	2009

Fonte: ROCHA, D. e SILVA, Kátia. GEPFAPe/2012.

Os demais trabalhos, no total de 10 perpassam alguma discussão sobre o papel dos movimentos sociais, entretanto a temática central trata de diferentes perspectivas, tais como: teorias marxistas no currículo; o sindicalismo de profissionais da educação e a importância da relação da universidade com a militância nesses espaços, entre outros. Podemos observar que o percentual de trabalhos publicados na temática possui um demonstrativo baixo, revelando que a temática é pouca explorada, notando que há uma maior publicação de trabalhos na temática pesquisada, entre os anos 2007 e 2008. Sendo que a maioria dos trabalhos publicados enfatizam os Movimentos Sociais ligados a terra, como os camponeses e indígenas.

A segunda fase da pesquisa recorta o questionário aplicado a pedagogos, conta com 196 formulários respondidos. Uma das questões analisadas tem um formato semiaberto e pergunta se o sujeito já atuou ou atua nos seguintes espaços: Associações, Movimentos Sociais, ONG's – Organizações Não Governamentais, Sindicatos, Nenhum, e Outro(s) especificado(s). Dentre estes, 91 responderam que participaram de outras organizações, destacando 27 respondentes, referenciando-se especificamente aos movimentos sociais, representando 14% do total de 91. As outras respostas correspondem a 22 participantes de Associações, representando 11%; 21 em ONG's, simbolizando 11%; 14 em Sindicatos, com 7%; 105 em nenhuma das opções, denotando 54%; e sete em ou-

tros, com 4% das respostas. Nesta última opção apresentada, obtivemos que uma pessoa atua no 3º setor, duas em Igrejas, uma no Projeto Social Segundo Tempo, uma em Conselho Escolar, uma em trabalho voluntário com capacitação de jovens de baixa renda para o primeiro emprego, e uma não especificou.

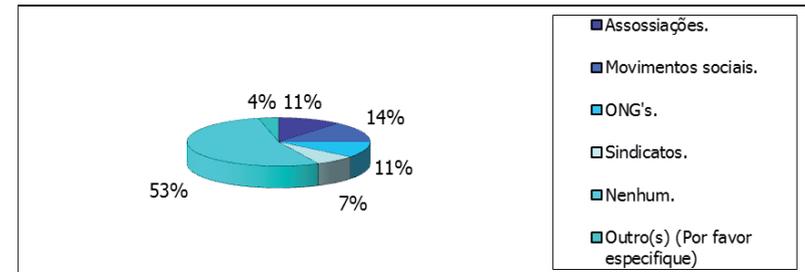


Gráfico 01: Já atuou ou atua

Fonte: ROCHA, D. e SILVA, Kátia. GEPFAPe/2011.

A questão demonstra que 46,4% dos pesquisados participaram de movimentos sociais e outras formas de organizações, mas apenas 14% especificamente em movimentos sociais. Estes dados reafirmam que o processo curricular acadêmico está dissociado da formação extracurricular e podemos inferir que pouco incentiva essa formação. Contraditoriamente a segunda questão reafirma a importância desta formação, pois ao indagar "Caso tenha atuado ou atue em alguma organização citada na questão anterior, percebe a influência na formação e/ou atuação como pedagogo(a)?" Dentre as respostas encontramos 45 sujeitos que afirmaram positivamente em relação ao papel formativo dos movimentos sociais, contra 17 que afirmaram que não.

Entre as respostas justificadas com afirmação positiva, encontramos uma diversidade de argumentação que se refere a questões técnicas e políticas que a formação nos movimentos sociais pode proporcionar. Entre as técnicas estão: o favorecimento no desenvolvimento de atividades com crianças e pessoas portadoras de necessidades especiais; na resolução de problemas e dificuldades da rotina de trabalho, referente ao processo de gestão com pessoas; aprendizado na prática sobre como observar grupos, realizar planejamento de ensino, e prática didática cotidiana. Entre as políticas foram citadas: a ampliação na capacidade em analisar conjunturas; trabalho em grupo; trabalho com métodos freireanos; e noções de política e direitos humanos que não são adquiridas na graduação. Houve ainda uma resposta que argumenta que a participação nesses espaços complementa a formação.

As respostas apresentam os movimentos sociais como espaço formativo não apenas político, mas também como prática pedagógica, pois permitirá ao sujeito uma formação para lidar com a diversidade de culturas e ideias. Nesse sentido dialogamos com Silva (1996, p. 180), ao afirmar que *“há, entretanto, uma distância enorme entre as experiências atualmente proporcionadas pela escola e pelo currículo e as características culturais de um mundo social radicalmente transformado pela emergência de novos movimentos sociais”*, o que indica a necessidade da formação docente para além do currículo oficial e acadêmico, mas dialogando com perspectivas formativas extracurriculares que permitirão ao sujeito vivenciar, experimentar e construir conhecimentos numa visão de mundo que permite uma perspectiva de totalidade reafirmando a postura emancipatória frente à realidade.

Dos que responderam negativamente, as respostas se generalizam no fato do trabalho desenvolvido nestes espaços não ter ligação direta com a área da Pedagogia, o que parece demonstrar que alguns entendem este campo de conhecimento restrito a um fazer docente técnico de transmitir conhecimentos.

Na terceira fase buscamos entender o que essa formação traz para a atuação do pedagogo, analisando o que leva esses sujeitos a militarem nesses espaços, e a percepção de aprendizado e o entendimento do papel que passam a ter, na atuação profissional. A entrevista foi realizada com quatro pedagogos.

A primeira entrevistada, que chamaremos de A, tem 33 anos, é solteira e não tem filhos. Trabalha há três anos no Departamento de Trânsito do Distrito Federal como pedagoga. Ingressou na Secretaria de Educação do DF com a formação do curso Normal. Fez a graduação em Pedagogia pela Universidade de Brasília, concomitante com o curso de Direito no UniCeub – Centro Universitário de Brasília. Possui três especializações: Docência do Ensino Superior; Direito do Trabalho pela Faculdade; e Direito Público, todas por faculdades particulares. Não milita e nunca militou em nenhum movimento social ou organização política, mas possui afinidade com partidos de esquerda. Ela relata que não sabia o porquê de ser pedagoga, mas que gostava de ser professora, embora estivesse desgastada com as condições de trabalho. Chegou a atuar como advogada, mas não se identificou com a profissão.

A segunda entrevistada, que identificaremos como B, tem 59 anos, é casada, tem duas filhas já com ensino superior. Formou-se no curso Normal, e iniciou o curso de Filosofia Pura no Ceará, mas mudou-se para Brasília/DF, se tornando professora da SEE-DF, e fazendo o curso de Pedagogia na UnB. Possui doutorado em Sociologia do Trabalho, tam-

bém pela UnB, onde hoje, é professora universitária. Foi militante no Movimento Estudantil, desde a época em que era secundarista. Depois passou a participar de sindicato de professores, primeira na Educação Básica, e posteriormente, no Ensino Superior. Escolheu o curso de pedagogia pela referência em sua mãe que era professora primária, e pelo interesse em trabalhar com pessoas. Foi partidária do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, ainda na época da Ditadura Militar, quando era um partido clandestino; hoje não filia em nenhum partido, mas continua tendo preferência por linhas políticas da esquerda.

A terceira entrevistada, que será chamada de C, possui 36 anos, é solteira e tem uma filha. Possui Pedagogia pela Faculdade de Educação Sertão Central, em Pernambuco, e mestrado em Educação pela Universidade de Brasília. É uma das primeiras pessoas a se formar na graduação e posteriormente, no mestrado, da Comunidade Remanescente Quilombola Conceição das Crioulas. Atuou na escola municipal de sua comunidade, e atualmente trabalha no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. É militante nas causas das comunidades quilombolas e étnico-raciais. Partidária do PT – Partido dos Trabalhadores, ocupou cargo pelos movimentos e partido em que militou/milita. Escolheu a profissão de Pedagogo por opção ideológica, acreditando que o seu papel em sua comunidade era incentivar outros a estudarem e terem maiores oportunidades de escolha.

A quarta entrevistada identificada por D, tem 33 anos, é casada e tem uma filha ainda bebê. É pedagoga formada pela UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e possui mestrado em Educação pela UnB. Alfabetizou a criança que cuidava, e ajudou amigos no processo de escolarização, quando trabalhava de empregada doméstica – motivos que a levou a escolher a profissão, tornando-se a primeira em sua família a se formar no ensino médio e ter um ensino superior. É militante de movimentos negros, mas não possui ligação com uma entidade específica, declarando que escolheu o espaço acadêmico para militar na luta pela discriminação e contra o preconceito racial.

O conjunto das entrevistas mostra que há um papel preponderante de formação dos movimentos sociais principalmente na ampliação da formação política e na auto percepção de sujeito intelectual orgânico ciente da mediação no processo pedagógico-educativo, capaz de intervir socialmente destacando a importância em participar/estar inserido politicamente a uma organização social, e o que esses fatores representam. Como podemos perceber na fala da entrevistada B: *“O pouco que sei, eu devo muito ao meu engajamento político, desde a época que eu era estudante (secundarista). (...) Por quê? Desde que eu comecei a participar de movimento*

*estudantil eu nunca parei de estudar”.* Pistrak (2008) afirma que sem teorias de uma pedagogia social, não há a prática de um trabalho que resolva e trate das questões postas, a fundo. É a teoria que fornece critérios para o professor avaliar, justificar e criar condições em seu trabalho. A entrevistada A, que não atua em nenhum espaço político, ao ser indagada sobre as influências da militância nesses espaços, reconhece a formação obtida nos movimentos sociais, expondo que *“influência na prática de qualquer profissional. Tanto na vida pessoal quanto na prática pedagógica. Você tem uma visão diferenciada, e você vai ter comportamentos e procedimentos diferenciados”.* O que nos leva a compreender a militância como um elo que fortalece o engajamento e compromisso social que a profissão exige.

O espaço de estudo e debate habituais dos espaços de formação dos movimentos sociais fortalecem esse acúmulo de teoria que levam não só o professor a ser autor de sua própria prática, como também leva esse professor a tomar ciência de sua identidade e da importância de seu papel, na função que ocupa socialmente. A entrevistada C, possui uma trajetória de auto percepção de identidade sobre a sua condição enquanto negra e quilombola, e assim, sobre sua comunidade e dos sujeitos que nela residem, e a luta pela terra que ocupam e todos os fatores e valores sociais e culturais que estão postos em torno disso. Essa percepção de identidade veio pela militância, ainda na adolescência, em grupos ligados à Igreja Católica, em que ela valoriza a formação tida nesses espaços, mas que a levou a perceber, compreender e necessitar debater a condição de negros e quilombolas, na sociedade brasileira, devido à ausência do debate nesses espaços, relatando que: *“foi nesse movimento que eu tomei conhecimento da minha negritude, porque a gente ia discutindo sertão, pobreza, semiárido, tudo! A gente só não discutia a questão racial nesses espaços.”* É interessante, ainda, perceber que ela toma ciência da posição que sua comunidade ocupava na sociedade, ao notar o grau de escolaridade desses sujeitos, sobretudo, da condição de jovens e mulheres: *“E aí não era só a negritude, ninguém tinha estudado.”*

A educação é indispensável na organização reflexiva do pensamento para assumir identidades dentro das condições da realidade, integradas ao espaço e ao tempo, permitindo que o sujeito dessa sociedade se reconheça como ser político social. Para tal, é necessário efetuar uma educação que construa sujeitos autônomos de si, capazes de tomar decisões, reconhecendo a responsabilidade social e política, no exercício da democracia (FREIRE, 1967). Nessa perspectiva, a entrevistada D relata que foi pela pesquisa e pela militância que pode compreender sua condição e o direito de ocupar o espaço acadêmico, e que ela pode dar respostas ao preconceito, discriminação e racismo, enfrentados quando sua ex-patroa, lhe afirmava que seu

lugar, não era o da universidade: *“Eu comecei a questionar esse meu estar no mundo enquanto mulher negra. Comecei a identificar na faculdade a falta de disciplinas que abordassem a temática; (...) eu queria entender quando se falava de exclusão digital, quem eram esses excluídos? Isso foi tão impactante na minha vida. (...) Eu falei pra ela (ex-patroa) que o preconceito dela era como o preconceito que existia no Brasil: escondido e em doses homeopáticas”.*

A ação pedagógica ciente se torna uma prática educativa intelectual, capaz de realizar a mediação entre o conhecimento e a formação consciente. Daí, teremos um educador com discernimento crítico, que assume a prática pedagógica como elemento positivo para a educação (SILVA, 2000). Gramsci (1995) atenta para a consciência intelectual e política, onde podemos abordar que o professor torna-se um intelectual orgânico, que domina a sua área de conhecimento e pesquisa diante da sociedade, valoriza o seu saber e compromete a sua prática ao papel político, rompendo com os limites pedagógicos.

Podemos confirmar essa percepção com as respostas obtidas na questão sobre a visão de cada uma das entrevistadas, em relação às “minorias” em nossa sociedade. A entrevistada A inicia a resposta dizendo obter *“pouca informação teórica sobre as minorias, e eu não tenho informações sólidas”*, e conclui o pensamento afirmando que a *“a escola não sabe tratar as minorias, por uma falha na nossa formação inicial. Embora algumas discussões já comecem a fazer parte da formação inicial e continuada, e eu penso que isso é um avanço, mas ainda incipientes para o professor dar conta”.* Analisamos que a resposta da entrevistada A reflete a realidade, mas é abordada sob uma perspectiva menos politizada, ao compararmos com as outras respostas obtidas, como a resposta da entrevista B: *“hoje você faz um trabalho pedagógico buscando também uma conscientização política, porque um educador tem que se posicionar politicamente. (...) A minha avaliação é que a questão ela é maior, e sobre a dominação de um grupo da sociedade, da minoria que vive do trabalho de uma maioria”.* As entrevistadas C e D iniciam suas respostas expondo que não concordam com o termo “minorias”, o trocando por diversidades, e ainda complementam relatando que são minorias, que na realidade se tornam maioria. Diante disso, queremos afirmar que há uma maior propriedade do discurso e uma visão política mais ampla e profunda sobre a realidade, em quem milita nos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, a entrevistada A expõe que sentiu falta de oportunidades em conhecer e atuar em espaços de militância, colocando que *“é como se eu vivesse alienada”*, e expõe que sente na sociedade uma rejeição por estes espaços: *“existe um preconceito social que é velado, ninguém fala isso claramente. (...) Nos ambientes em que eu atuei não ha-*

via essa discussão da participação dos professores nos movimentos sociais”. Carvalho (2010) afirma que a educação que transforma e participa de um projeto de sociedade vai além da escolarização, por proporcionar a experiência do saber “o que é ter direito” e em se organizar para conquistá-lo. Essa formação se aplica a todo o processo de formação e atuação que o professor passa, na perspectiva de que o educador se encontra em processo de aprendizagem constante, em um ambiente em que ele aprende e ensina ao mesmo tempo (FREIRE, 1987).

Esses relatos nos levam a perceber os limites da formação em espaços formais e/ou curricular, e que, conseqüentemente, podem acarretar em uma prática limitada pela própria pedagogia adotada – o docente é educado dentro de uma concepção romancista, na base da transmissão e reprodução de conhecimento (SILVA, 2000); e em uma lógica mercantilista e bancária, que forma o sujeito para as funções do mercado de trabalho (FREIRE, 1996). E por isso, apontamos para uma formação que se complementa nos espaços extracurriculares, valorizado pelo espaço acadêmico – com a função de incentivar essa valorização na sociedade, fundamentando uma escola que tenha por objetivos centrais em educar estudando a realidade social, ligado a um trabalho social (PISTRAK, 2008).

As três entrevistadas que militam em movimentos sociais completaram de forma singular a questão “Se comparar a *maneira* de aprender no movimento social com a *maneira* de aprender nas aulas do meu curso, poderia afirmar que...”, respondendo que “*se complementam!*”. Silva (2000) afirma que os espaços de organizações populares e políticas condicionam uma formação para o professor, de forma inter-relacionar e complementar, entre os aspectos políticos pedagógicos. Com base em Freire (1987), todo ato de educação se torna um ato político – diante disso, não há educação neutra. Trazemos então, um olhar atento e direcionado aos relatos tidos nessas entrevistas e a abordagem que fazemos neste trabalho, na tentativa de apontar para uma educação politicamente consciente. Não fazê-la, é roubar a oportunidade de tantos sujeitos atuarem na construção de uma sociedade mais justa.

## Ideias Conclusivas

Ao olhar toda a trajetória que este trabalho percorreu, desde a sua ideia inicial até este momento de escrita, me deparo com o sentimento de que ele precisa ser levado há tantos que acreditam na construção de um projeto de Educação Libertária, para uma sociedade conscientizada, que acredita no trabalho coletivo, com a intenção e realizar um debate

de valorização da formação que vivenciamos nos movimentos sociais, e que não são considerados de modo significativo.

Assim, nos deparamos com a pergunta: qual é a contribuição que este trabalho pode vir a oferecer? Ora! Ele vem para reforçar o que a sociedade considera e que as próprias DCN's afirmam, em exigência à formação profissional que capacita o pedagogo em identificar a diversidade e as diferenças nos espaços em que estiver atuando para então, poder desenvolver o trabalho pedagógico conforme as situações exigem (BRASIL, Art. 5º, 2006). E também vem ressaltar que nem o pedagogo, muito menos os sujeitos com quem estes irão trabalhar, retiram suas vestes culturais, emocionais, políticas ao entrar nesse espaço educativo onde ambos se encontram; mas todos levam as experiências de vida para estes espaços.

Afirmamos que as experiências vivenciadas nos espaços dos movimentos sociais são para a vida pessoal do sujeito, que pode ser dividida com outros, na medida em que ele vivencia o trabalho. E vem com o intuito de que a Academia atue em conjunto com esses espaços, fazendo uma mediação com a sociedade, refletindo sobre o trabalho coletivo, que a nossa fé nos exige, na intenção política e pedagógica em dar continuidade ao diálogo entre os que trabalham para ajudar a formar uma sociedade mais justa e humana, contribuindo para a valorização dos saberes construído nos movimentos sociais, e que podem e devem ser levados para a sala de aula em que o pedagogo se forma, cooperando para que as diversas experiências sejam divididas. É preciso reconhecer e relatar a perspectiva de transformação da realidade que os movimentos sociais trazem, na esperança de que outros espaços de formação sejam impactados.

Saliento que, independente de onde as pessoas têm atuado e de qual é o rumo que elas tomam em suas vidas, há uma conscientização e uma intencionalidade em permanecer lutando, em busca dessa Educação de qualidade que tanto almejamos, mesmo em meio há tantas dificuldades. Afinal, a luta não pode parar.

## Referências

- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. In: Caderno Cedes: Campinas, SP. v. 27, n. 72. maio/ago. 2007. p. 157-176.
- BELTRAME, Sonia . Formação de professores na prática política do MST: A construção da consciência orgulhosa. In: **Revista Educação e Pesquisa**: São Paulo. v. 28. n. 2. jul./dez. 2002. p. 129-145.

BRASIL. Legislação: **Resolução CNE/CP n.1 de 15/05/06**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. 2006.

CAMPOS, Rogério. Movimentos indígenas por educação: novos sujeitos socioculturais na história recente do Brasil. **23º Reunião da ANPEd**. GT: Movimentos Sociais. 2000.

CARVALHO, Elisângela. Educação do Campo: primeiro curso de licenciatura em educação. In: SANTOS, Emerson. ALVARENGA, Márcia S. (et. al.) (ORG.). **Educação Popular, Movimentos Sociais e a Formação de Professores**: diálogos entre saberes e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. DP eu Alii, 2010.

CRUZ, Giseli Barreto. 70 anos do curso de pedagogia no Brasil: uma análise a partir da visão de dezessete pedagogos primordiais. In: **Revista Educação e Sociedade**: Campinas, SP. vol. 30, n. 109. set./dez. 2009. p. 1187-1205.

FERREIRA, Márcia Ondina. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. In: **Revista Educação e Pesquisa**: São Paulo. v 32. n. 2. mai/ago. 2006. p. 225-240.

FERREIRA, Márcia Ondina. Trajetórias escolares e profissionais de professoras de professores militantes. **31º Reunião da ANPEd**. GT: Formação de Professores. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 47 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FONSECA, Mônica Padilha. **O Movimento Estudantil como Espaço Dialógico de Formação**. Universidade de Brasília, Brasília: 2008. Monografia.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Ed. Edições Loyola. Pg. 255-271.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Ed. Expressão Popular: 6ª reimpressão, 2008.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. In: **Revista Educação e Pesquisa**: São Paulo. v.34. n.1.. jan./abr. 2008. p. 027-045

SANTOS, Fátima Maria dos; e MAZZILLI, Sueli. A Formação de Educadores Sem Terra: um estudo de caso. **30º Reunião da ANPEd**. GT: Formação de Professores. 2007.

SILVA, Jefferson Ildefonso. Determinantes Sociais e Políticos na Formação do Professor. **Revista de Educação Pública**, Campo Grande - MS, n.15, 2000. Disponível em: < <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/Silva.html>>. Acesso em: 04 de abril de 2011.

SILVA, Rodrigo T. A formação de professores e os currículos praticados em um movimento de educação popular na Rocinha. In: **Educação em Revista**. n. 48. 2008.

SILVA, Rosa H. D. Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 13. jan./abr. 2000.

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos e sua formação. In: **Educação em Revista**: Belo Horizonte, MG. n. 47. jun. 2008. p. 83-100.

SOUZA, Maria Antônia. A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo. **31º Reunião da ANPEd**. GT: Movimentos Sociais e Educação. 2008.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. In: **Revista Educação e Sociedade**. v. 29. n. 105. 2008.

WEIGEL, Valéria Augusta C. M. Pesquisa, educação e luta indígena: a experiência de professores *sateré-mawé*. **30º Reunião da ANPEd**. GT: Movimentos Sociais e Educação. 2007.